

Centrão luta o dia todo e consegue a maioria

Um minuto antes do prazo final, grupo entrega suas 10 emendas com mais de 280 assinaturas

FOTOS: JULIO ALCANTARA



As 19 horas, Brandão Monteiro e José Genoíno tentam, sem êxito, encerrar o expediente

Genoíno não aceita extensão do horário

"A primeira bananas do plenário vai ser esta: vamos entrar com recurso contra a validade de todas as emendas que tiverem sido aceitas depois das 19 horas". A ameaça foi feita ontem em tom irritado, pelo deputado José Genoíno (PT-SP) que tentou, a todo custo, impedir que a ordem verbal do presidente Ulysses Guimarães no sentido de se prorrogar o prazo de entrega das emendas ao anteprojeto de Constituição (anteriormente prevista para as 19 horas de ontem e "esticada até a meia-noite") fosse cumprida. Genoíno, acompanhado todo o tempo pelo líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro (RJ), entrou exatamente às 19h15min na sala de recebimento das emendas, anunciando que o prazo estava encerrado. O deputado tentava impedir o Centrão, que até aquele momento não havia conseguido as anunciadas 280 assinaturas para todas as suas propostas coletivas, tivesse tempo de cumprir a exigência e apresentasse suas emendas.

Genoíno brandia o texto da circular assinada pelo próprio Ulysses Guimarães, datada de cinco de janeiro deste ano, que determinava o encerramento do prazo às 19 horas de ontem. O deputado foi informado por uma funcionária de que o prazo tinha sido dilatado por ordem verbal do presidente da Constituinte, transmitida pelo secretário-geral da mesa, Paulo Afonso Martins. "Prorrogação verbal não é oficial" — argumentava Genoíno, que solicitou aos funcionários que parassem de distribuir as senhas numeradas que davam direito à entrega de emendas. A distribuição parou no número 328. Genoíno então computou o número de emendas recebidas até as 19 horas: 1.481. A partir daí, o deputado foi aconselhado por funcionários a procurar o secretário-geral Paulo Afonso, pois a ordem acabava de ser confirmada — mais uma vez verbalmente. De volta ao gabinete do Dr. Ulysses, Genoíno e Brandão

Monteiro esperaram mais 40 minutos para serem recebidos pelo presidente. Na ante-sala, Genoíno ainda aproveitou para provocar um dos articuladores do Centrão, deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), que passava por ali: "E a circular, deputado, não vale nada? E a democracia, como fica?" Coimbra respondeu que não discutia as ordens de Ulysses, ao que Genoíno torpedeou: "E, democracia você não quer nem discutir, não é?" Sem aceitar a provocação, Dasso se retirou. Depois de meia hora de conversa com Ulysses, Genoíno saiu, com a confirmação de que de amanhã já sabia. A ordem verbal valia, e seria cumprida. Ulysses, segundo Genoíno, argumentou que recebera, no início da tarde, a visita de alguns deputados, cujos nomes não especificou. Os parlamentares lhe pediram a prorrogação, argumentando que, na Casa, sempre valeu a norma de que o dia se encerra à meia-noite. Ulysses aceitou a sugestão.

Coletivas chegam após as 12h

MARBA FURTADO Da Editoria de Política

O último dia do prazo de apresentação de emendas ao projeto de Constituição mudou totalmente o setor responsável pelo recebimento das proposições. Se nos seis primeiros dias o número de propostas registradas foi de 788, só até às 21h30 de ontem foram entregues mais 900 emendas aproveitando a prorrogação de horário — de 19 horas para a meia-noite — determinada pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. O grande movimento aconteceu a partir do meio-dia, quando começaram a chegar as emendas coletivas ostentando mais de 280 signatários e obtendo, com isto, preferência automática para a votação em plenário. Até as 20h15, seis delas haviam sido registradas.

Com seu número de funcionários ampliado, a Secretaria Geral da Mesa se mostrou disposta desde o começo do dia a sustentar a prorrogação de horário das 19 para as 24h. Mesmo com a chegada dos deputados José Genoíno (PT-SP) e Brandão Monteiro (PDT-RJ), determinados a "encerrar o expediente" às 19h, de acordo com a circular distribuída por Ulysses Guimarães dia 5, o trabalho não foi alterado e só sofreu pequena desaceleração por volta das 20h15, quando três equipes saíram para lanchar.

Ao contrário do que era esperado, não foi um membro do Centrão — grupo que propôs a medida que facultava a maioria absoluta da Assembleia (280) a apresentação de emendas que terão preferência automática em plenário — o primeiro a entregar emenda coletiva. Perto de meio-dia, o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) chegava com sua proposição de parlamentarismo mitigado,

respaldada por 345 assinaturas, e reproduzindo a proposta que apresentou na Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

Logo depois, registrava sua emenda o deputado Victor Facchini (PDS-RS), com 203 assinaturas. A proposição prevê a proibição da cobrança de impostos sobre instituições científicas, sociedades civis e entidades fechadas da Previdência, sem fins lucrativos. Durante a tarde, outras quatro emendas coletivas deram entrada na Secretaria Geral: a do deputado Paulo Roberto (PMDB-PA), com 300 assinaturas apoiando a criação do Estado do Tapajós, no Pará; a do deputado Osvaldo Coelho (PFL-PE), com 297 signatários, propondo uma nova forma para a eleição presidencial. No lugar da tradicional maioria simples, ele propõe que cada Estado terá um peso específico no pleito, de acordo com seu número de eleitores.

Eram 19h45 quando o deputado Mathews Iansen (PMDB-PR), acompanhado pelo líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), e outros membros do Centrão apresentou sua emenda propondo cinco anos de mandato para o presidente Sarney. A proposta conseguiu 317 signatários.

Meia hora depois, o deputado Chico Humberto (PDT-MG) chegava com sua emenda coletiva, tentando mais uma vez garantir constitucionalmente a criação do Estado do Triângulo. Com 337 assinaturas, ele propõe que 120 dias após a promulgação da Constituição seja realizada um plebiscito para referendar a instalação da nova unidade na Federação. Se o resultado for favorável, será nomeado um governador pro tempore 45 dias depois, "que governará o Estado até as elei-

ções de novembro", assegurou o deputado.

SISTEMA DE GOVERNO

Das seis primeiras coletivas apresentadas, a de Egídio Ferreira Lima registrava o maior número de signatários, propondo um aprimoramento do sistema de governo, "adequando-o à realidade brasileira", segundo o autor. Ele tomou o cuidado de não se desviar dos parâmetros do sistema parlamentar dualista, a exemplo do que foi feito na França, em Portugal e na Grécia.

Pouco antes das 22h, no entanto, a proposição de Egídio era superada em número de assinaturas pela do deputado Valvaldo Barbosa (PDT-RJ), que apresentou proposta de presidencialismo. Esta emenda, que tem como co-autores os senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Humberto Lucena (PMDB-PB) e o deputado Theodor Mendes (PMDB-SP), conseguiu 349 assinaturas e prevê um sistema de governo com equivalência de poderes entre o presidente da República e o primeiro-ministro, com cinco anos de mandato para o Presidente, mas não estabelece a data da eleição para a Presidência.

A proposição de Egídio prevê a figura do presidente da República como chefe de Estado, e do primeiro-ministro, um dos membros do Conselho de Ministros que constitui o Governo. E vedado ao presidente da República, desde sua posse, filiação ou vinculação a partido político, mesmo que de forma honorífica. O órgão superior de consulta do Presidente será o Conselho de Estado, composto pelos presidentes da Câmara e do Senado, pelo primeiro-ministro, pelos líderes da maioria e da minoria nas duas Casas do Legislativo e de seis brasileiros (dois nomeados pelo Presidente e quatro pela Câmara e pelo Senado, com mandato de três anos).

O Centrão garantiu ontem preferência automática para as suas dez emendas substitutivas a títulos do projeto de Constituição. Faltava um minuto para a meia-noite quando os coordenadores do grupo chegaram correndo à sala da secretaria geral da Constituinte que recebia as emendas. Aos gritos de "a senha está aqui", "já entramos, feche a porta" e "calma, nós temos tempo", o deputado Benito Gama (PFL-BA) tentava controlar o grupo lembrando para não misturarem as 406 folhas que continham emendas e assinaturas. Enquanto os funcionários contavam um a um os autógrafos, o deputado Paes Landim (PFL-PI) entregava suas quatro emendas individuais ganhando a última etiqueta de número 2.007, fora as 10 do Centrão.

Não foi nada fácil para o Centrão conseguir reunir as assinaturas necessárias para suas emendas, de acordo com um dos coordenadores, deputado Ricardo Fluzza (PFL-PE). "Esta tarefa foi difícil como deve ser a qualquer partido democrático, pois ninguém foi obrigado a assinar nada com que não concordasse", disse ele. Mesmo assim o deputado Joaquim Bevilacqua (PTB/SP) foi trazido de São José dos Campos para assinar as emendas relativas aos capítulos da saúde e da ordem social.

Desde a madrugada de ontem o grupo colocou dois aviões de carreira e um jatinho particular à disposição dos constituintes que quisessem vir assinar proposições ou enviar as cópias das emendas já assinadas.

Votação garantida, só a quem tem 280

Os constituintes que conseguiram entregar até as 24h emendas com 280 ou mais assinaturas garantirão preferência automática para suas proposições na votação do projeto de Constituição em plenário. Os que apresentarem emendas individuais, ou não conseguiram subscrever suas propostas por maioria absoluta da Assembleia, terão que submeter ao voto os pedidos de preferência — se conseguirem.

Curiosamente, duas emendas coletivas propõem matérias contrárias somaram 694 assinaturas. A do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB/PE), com proposta de parlamentarismo mitigado, conseguiu 345 signatários; a do deputado Valvaldo Barbosa (PDT/RJ), prevendo o sistema presidencialista, foi assinada por 349. Isso mostra que nem todos os que assinaram uma proposição, para lhe conceder preferência automática na hora da votação, irão confirmar seu voto em plenário.

Lourenço promete chutar oposição

Ainda não se havia definido se o Centrão teria ou não 280 votos para todas as suas emendas, mas o líder do PFL, José Lourenço, manifestava permanente confiança em que o número seria conseguido. Perguntaram-lhe o que o Centrão fará agora. O líder respondeu em seu estilo costumeiro: Vamos chutar todos eles. E chegou até a mostrar como.



Lourenço e seu chute



No QG do Centrão, o telefone é um das armas para tentar localizar os constituintes

Até avião ajuda a obter adesões

Até um avião foi despachado ontem pelo Centrão para colher a assinatura das onze emendas do grupo do deputado Mauro Sampaio (PMDB-CE) que se encontra internado no Instituto do Coração, em São Paulo, vítima de um infarto. Mas não parou aí o esforço dos centristas para atingir as 280 assinaturas necessárias para não antecipar o fracasso do grupo, já admitido em caráter reservado por muitos de seus líderes.

Foi preciso também que o deputado Ricardo Fluzza (PFL-PE) arregacasse as mangas e pusesse em prática toda catequese disponível para dobrar as resistências dos próprios centristas em assinar as emendas. Por isso mesmo, ele passou a dispensar a adesão coletiva ao texto das onze emendas, das quais, a mais rechaçada foi a da tributação. No outro extremo, a liderança do Governo, constata ontem pela manhã que já estavam garantidas 310 assinaturas para a emenda dos cinco anos de mandato também começou a ajudar na coleta da assinatura para as emendas do grupo.

O grande argumento usado para evitar a desmoralização do Centrão foi o de que a assinatura visava apenas garantir a prioridade da votação, mas ninguém tinha compromisso de voto em plenário. O próprio Fluzza revelou que votará alguns pontos com o Grupo dos 32, como

estabilidade. E o líder Carlos Sant'Anna avisou que na parte de saúde não ajudará a aprovar, de jeito nenhum, o texto do Centrão.

Ele acha que texto do Cabral III na área de saúde — produzido pela Comissão de Sistematização com sua ajuda — é uma proposta razoável. Para Sant'Anna, se não for possível aperfeiçoá-la, será melhor mantê-la. Foi com seu exemplo que conseguiu algumas adesões, quando o Centrão já se achava perdido a ponto dos mobilizadores deixarem escapar mau humor e críticas ferrenhas ao esquema governista que ajudou apenas a coleta de assinaturas dos cinco anos.

Aliás, Fluzza nem distanciou seu descontentamento ao conversar com o deputado Theodor Mendes, que foi à sala do Centrão anunciar que tinha mais de 300 assinaturas para a emenda do presidencialismo. Fluzza rebateu: "O Governo é forte, tem o que dar. O Centrão não tem nada".

Em seguida, despachou o deputado Gilson Machado para o aeroporto onde deveria descobrir um colega do Maranhão, Wagner Lago, — que não conhecia — e garantir sua assinatura. Conseguiu, e, de quabra, trouxe a de Antonio Ferreira, que desembarcou na mesma hora.

O controle das assinaturas era feito pelo computador. O co-

mando do Centrão evitava admitir as dificuldades, mas na lista podia-se observar que até o número 251 das assinaturas elas estavam todas confirmadas. A partir daí e até o 282, eram duvidosas as adesões. Mas eles faziam questão de anunciar o número maior.

Os problemas estavam claros. Ricardo Fluzza levou alguns minutos para convencer o deputado Arnaldo Martins a pelo menos assinar algumas das onze emendas, concordando com ele em deixar de lado a parte tributária. O mesmo aconteceu com Simão Sessin. Cada um que chegava na sala do Centrão era saudado por todos e quase bajulado. Mesmo assim, Fluzza não deixou de responder a Osmar Leitão que se ele não participou da elaboração do texto das emendas foi porque não quis, daí achar que esse argumento não valia para negar agora a assinatura.

O Centrão ainda registrou uma baixa importante ontem, ao receber via Varig, as cópias dos papéis padronizados remetidos ao deputado Alvaro Valle que chegaram em branco da Europa. O que melhorou mesmo a performance da coleta de assinaturas foi a catequese individual e os apelos da cúpula para que evitassem a desmoralização antecipada do Centrão. Mesmo sem o compromisso do voto.

Esquema especial confere autógrafos

As assinaturas de todas as emendas apresentadas ao projeto de Constituição estão sendo cuidadosamente conferidas por uma equipe convocada somente para esta função. Graças à estrutura, montada, os funcionários da Secretaria Geral da Mesa da Constituinte descartam a possibilidade de haver falsificação de autógrafos, seja em emendas individuais ou coletivas. Como prova definitiva da autenticidade de cada assinatura, o impresso que reunirá todas as propostas reproduzirá também o endosso de seus autores e demais assinantes.

Este trabalho vem sendo feito desde o dia 7, quando começou o prazo de apresentação de emendas. Até ontem, a equipe que confere as assinaturas era composta por três pessoas, mas teve que ser ampliada para a agilização da conferência das emendas coletivas. O instrumento usado nesta tarefa é o livro de autógrafos mantido pela Secretaria Geral, que contém todas as possibilidades de assinatura de cada um dos 559 constituintes, colhidas no dia da instalação da Assembleia.

Mesmo depois da "confusão" de assinaturas da última segunda-feira, quando o deputado Mathews Iansen (PMDB/PR) achou que o autógráfico do deputado Gerson Peres (PDS/PA) era do senador Masetto de Lavor (PMDB/PE) — para uma emenda que propõe cinco anos de mandato ao presidente Sarney — a equipe de conferência não alterou sua rotina. Os funcionários do setor recebem o original da emenda apresentada à Secretaria, ao mesmo tempo em que uma cópia é enviada ao relator Bernardo Cabral, depois a assinatura do original é autenticada.



O trabalho de conferir assinaturas aumentou as filas

Ulysses veta a inversão

O presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, embora presente à reunião da bancada do seu partido, deixou claro que a inversão dos trabalhos, antecipando a votação de temas polêmicos — como mandato presidencial e sistema de governo — um dos temas que motivaram a convocação da bancada esbarra numa dificuldade regimental e, além disso, pode gerar um sentimento de frustração por parte de alguns constituintes.

Ulysses explicou que uma matéria de tamanha importância, como é a questão do sistema de governo e o mandato do presidente, caso seja votada inicialmente poderá desmotivar aquele grupo de constituintes perdedores. "Isso pode gerar uma frustração para aquele setor que não teria a vitória, desmotivando muitos parlamentares para as matérias restantes", justificou. Ressaltou, por outro lado, que na condição de presidente da Constituinte, é o executor da vontade dos constituintes e das lideranças e, portanto, o tradutor da vontade da maioria, por isso, "se for enten-

dimento geral, poderemos examinar a questão e ver a sua viabilização".

O deputado lembrou que as votações nem mesmo serão por títulos e sim, por capítulos e o regimento determina uma ordenação de matérias a serem votadas. A questão do mandato está no título IV do projeto de Constituição, dessa forma, afirmou Ulysses: "entendo que talvez fosse melhor seguir a ordenação natural, mesmo porque este não é o único tema polêmico e por esse raciocínio teríamos que inverter também a votação da estabilidade no emprego, que também é um tema polêmico".

Antes de tomar qualquer decisão, Ulysses irá analisar todas as matérias que serão emendadas ou destacadas e esse trabalho só terá início depois dos sete dias que o relator, Bernardo Cabral, terá para dar o parecer, além dos dois dias subsequentes, destinados à apresentação de destaques. Para isso, informou, toda a sua assessoria já está pronta para fazer um levantamento completo.